

PORTARIA N. 1137/2024

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008,

CONSIDERANDO o disposto no Ato PGJ n. 063/2024, que regulamenta o Regime de Plantão dos servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores lotados na Diretoria de Expediente, para prestarem apoio ao plantão administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, na forma fixada a seguir.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
ABRANGÊNCIA: Diretoria de Expediente		
DATA	SERVIDOR	MATRÍCULA
06 a 09/09/2024	EDSON KAYQUE BATISTA DE SOUZA	121015
13 a 16/09/2024	CAROLINE SILVA DE SOUZA CAVALCANTE	120313
20 a 23/09/2024	VICTOR AFONSO ALVES MATOS	124041
27 a 30/09/2024	PATRICIA GRIMM BANDEIRA DAS NEVES	110111
04 a 07/10/2024	CAROLINE SILVA DE SOUZA CAVALCANTE	120313
11 a 14/10/2024	EDSON KAYQUE BATISTA DE SOUZA	121015
18 a 21/10/2024	PATRICIA GRIMM BANDEIRA DAS NEVES	110111
25 a 28/10/2024	VICTOR AFONSO ALVES MATOS	124041
01 a 04/11/2024	EDSON KAYQUE BATISTA DE SOUZA	121015

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

08 a 11/11/2024	CAROLINE SILVA DE SOUZA CAVALCANTE	120313
15 a 18/11/2024	VICTOR AFONSO ALVES MATOS	124041
22 a 25/11/2024	PATRICIA GRIMM BANDEIRA DAS NEVES	110111
29/11 a 02/12/2024	EDSON KAYQUE BATISTA DE SOUZA	121015
06 a 09/12/2024	CAROLINE SILVA DE SOUZA CAVALCANTE	120313
13 a 16/12/2024	VICTOR AFONSO ALVES MATOS	124041

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

2024. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, em Palmas, 13 de setembro de

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

Assinaturas do documento

	Assinado por: LUCIANO CESAR CASAROTI como (lucianocasaroti) Na data: 01/10/2024 às 10:15:58 SIGN: 3cec09492d0af9f611af10368c5604f8ff812ae1 URL: https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar-assinatura/3cec09492d0af9f611af10368c5604f8ff812ae1
---	---

Este documento foi assinado eletronicamente mediante usuário autenticado no Sistema Athenas. O mesmo possui amparo legal no âmbito do **Ministério Público do Estado do Tocantins**, segundo o **Ato 071/2012 da PGJ**.